

ATA Nº 002/2026

Reunião Ordinária do Conselho de Administração do PATOPREV

Aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h** (quatorze horas), reuniram-se na sede do Instituto, os membros do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV. A reunião contou com a presença do Diretor Presidente da Diretoria Executiva do PATOPREV, Sr. **Ademilson Candido Silva**, e os Conselheiros: **Gean Gerônimo Dranka** (representante do Poder Legislativo), **Marilde Santini** (representante do Poder Executivo), **Cassio Aurélio Teixeira** (representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais), **Marcio Luis Cavalheri** (representante da Associação dos Funcionários Públicos Municipais – AFM), **Poliane Cristina Friedrich** (representante da Associação dos Professores Municipais e APP Sindical) e **Miria Elizia Campestrini Strappazzon** (representante dos servidores Inativos do PATOPREV). Além dos membros do Conselho esteve presente o Diretor Administrativo Financeiro do Instituto, Sr. **Luan Leonardo Botura**.

A reunião foi aberta pelo Diretor Administrativo, que iniciou esclarecendo sobre a mais recente Resolução CMN nº 5.272/2025. Ele destacou que a norma impõe mudanças na Política de Investimentos dos Institutos de Previdência, determinando que as aplicações sejam realizadas exclusivamente em títulos públicos, principalmente em decorrência do PATOPREV ainda não contar com a Certificação Pró Gestão. Essa orientação deverá ser seguida ao longo do ano de 2026 e possivelmente até o início do ano de 2027. Além disso, o Instituto precisará contratar uma consultoria especializada para viabilizar o Pró Gestão, que será exigência legal futuramente.

Na continuidade, Luan passou a apresentar as planilhas referentes à Carteira de Investimentos, Fluxo de Caixa, Sugestões de Aplicações e Resgates e Política de Investimentos da Autarquia, discutidas e aprovadas na reunião do Comitê de Investimentos ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2026, conforme resumo abaixo:

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – JANEIRO/2026

A carteira do PATOPREV encerrou janeiro com R\$ 244.560.095,77, apresentando total conformidade com a Política de Investimentos e com a Resolução CMN nº 4.963/2021 (observada a transição para a Resolução CMN nº 5.272/2025). Mantém-se a postura conservadora, com 99,63% do patrimônio em Renda Fixa, priorizando segurança, baixa volatilidade e liquidez imediata. O resultado mensal foi de R\$ 2.989.759,82, equivalente

a uma rentabilidade consolidada de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento), sendo o segmento de renda fixa geral o principal motor de retorno, representando 54,51% do lucro total do mês. Os fundos 100% Títulos Públicos contribuíram com 38,99% do lucro, garantindo a solidez e estabilidade do patrimônio, enquanto que os fundos de Crédito Privado apresentaram retorno relevante (1,21%) frente ao volume alocado. Por fim, a Renda Variável embora tenha registrado a maior rentabilidade individual (7,09%), seu impacto no desempenho global (0,02%) é limitado pela baixa exposição (0,37%). O resultado foi considerado altamente positivo e sólido. A gestão conservadora permitiu capturar as taxas de juros elevadas, superando a meta atuarial do período (1,25% vs. meta de 0,79%), resultando em um ganho real de 0,45 p.p. acima do objetivo.

ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA E CENÁRIOS

O Comitê de Investimentos, com suporte da consultoria, observou um cenário de transição marcado pela resiliência econômica e expectativas de flexibilização monetária (queda de juros), embora persistam desafios fiscais e estruturais. No cenário doméstico, a Taxa Selic foi mantida em 15% a.a. em janeiro, mas com projeções do Boletim Focus recuando para 12,00% ao fim de 2026. O Banco Central sinalizou o início do ciclo de cortes para março de 2026. Para o IPCA, as projeções estabilizadas em 3,91% para o ano, dentro do teto da meta. O PIB de 2025 fechou em 2,30%, com previsão de 1,82% para 2026. O desemprego atingiu mínima histórica (5,20%) e a projeção do câmbio recuou para R\$ 5,42. Enquanto isso, no cenário internacional, o FMI projeta expansão global de 3,30%. Destaque para a força da economia americana (PIB de 4,40% no fim de 2025) e a China atingindo meta de 5%. Em relação à inflação e comércio, convergência inflacionária na Zona do Euro (1,90%) e expectativa de queda na inflação global para 3,80%. Registrou-se como marco histórico a assinatura do Acordo Mercosul– União Europeia. No que diz respeito aos riscos e alertas, o Comitê mantém monitoramento sobre incertezas do arcabouço fiscal e o aumento de gastos públicos em ano pré-eleitoral, fatores que podem pressionar a inflação e limitar a queda das taxas de juros.

FLUXO DE CAIXA - RECEITAS E DESPESAS

Receitas: O Comitê analisou as entradas do período, que totalizaram R\$ 4.747.992,34, compostas por Repasses de Contribuições: Executivo Municipal (R\$ 3.993.555,31); Legislativo Municipal (R\$ 52.926,28); Município de Coronel Vivida/servidor cedido (R\$ 3.651,07) e retenções de inativos (R\$ 244.701,75). COMPREV: Fluxos de janeiro/2026

vindos do RGPS/INSS (R\$ 95.593,05) e ParanáPrevidência (R\$ 335,98). Rendimentos e Ressarcimentos: Cupom semestral do fundo BB Previdenciário Vértice 2030 (R\$ 11.634,00) e ressarcimento por revogação de migração ao RPC (R\$ 2.445,74), conforme Lei nº 6.540/2025. Aporte Extraordinário: Repasse da parcela livre do IRRF dos servidores municipais (R\$ 343.086,16), conforme Lei nº 6.537/2025.

Despesas: O total de saídas foi de R\$ 2.524.985,68, distribuído em Benefícios: Folha de pagamento de inativos de fevereiro/2026 (R\$ 2.441.364,07). Tributos e Encargos: PASEP sobre rendimentos de janeiro/2026 (R\$ 29.897,60, divididos entre as fontes 40 e 551) e repasse de COMPREV ao IPREV/SC (R\$ 618,46). Restituições: Devolução de valores a servidores que migraram para o RPC, nos termos da lei (R\$ 53.105,55).

SUGESTÕES PARA AS PRÓXIMAS APLICAÇÕES E RESGATES

A estratégia adotada para os **resgates** está focada em gestão de disponibilidade e liquidez. O resgate de recursos alocados em fundos de renda fixa justifica-se pela necessidade premente de honrar o fluxo de despesas correntes da Autarquia, compreendendo o pagamento da folha de benefícios dos inativos, o recolhimento do PASEP e o cumprimento de obrigações legais como o COMPREV e restituições de migração ao RPC.

1) Benefícios de Inativos (Fev/2026): Resgate do fundo CAIXA FI MATRIZ RF (Renda Fixa Geral), devido à sua alta liquidez e baixo risco.

2) PASEP, COMPREV e Restituições RPC: Resgate do fundo BB RF REF. DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP (100% Títulos Públicos), utilizando-o como fundo de caixa para honrar compromissos imediatos.

A escolha por estes fundos indexados ao CDI fundamenta-se na sua natureza de fundo de reserva de liquidez. Conforme as diretrizes de boa governança da Resolução CMN, o gestor deve garantir a solvência e a liquidez dos pagamentos. Desta forma, resgatar ativos de curto prazo e baixa volatilidade evita a necessidade de desinvestir precocemente em estratégias de longo prazo ou de maior risco, o que poderia acarretar perdas patrimoniais indesejadas. Adicionalmente, o resgate contribui para o rebalanceamento passivo da carteira. Considerando que o segmento de Renda Fixa Geral (Art. 7º, III, a) encontra-se com alocação de 56,14% e tendo em vista que a nova Resolução CMN 5.272/2025 limitou as aplicações nesse tipo de ativo, a utilização desses recursos para pagamento de despesas auxilia na manutenção de uma margem de segurança confortável em relação aos limites legais estabelecidos na Política de

Investimentos e enquadramentos da Resolução CMN. Portanto, o desinvestimento não configura uma perda estratégica, mas sim a execução do ciclo natural de fluxo de caixa do PATOPREV, onde os ativos de liquidez imediata cumprem sua função de garantir o pagamento pontual dos segurados sem comprometer a rentabilidade acumulada das demais classes de ativos.

No que se refere a estratégia adotada para as **aplicações** das receitas disponíveis, a mesma está fundamentada no cenário econômico atual e na Resolução CMN nº 5.272/2025, que reforçou a necessidade de maior solidez técnica para os RPPS que não possuem a certificação Pró-Gestão. Sem esta certificação, o PATOPREV deve adotar uma postura ainda mais conservadora e fundamentada na segurança.

1) Aporte IRRF (Lei nº 6.537/2025): Para todo o ano de 2026, aplicação no CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF (Art. 7º, I, "b"), visando liquidez e retorno seguro (1,21% em janeiro).

2) Aportes Mensais (Executivo, Legislativo, COMPREV e Retenções): Destinação ao BB RF REF. DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LP, classe de baixo risco e liquidez imediata, com rentabilidade de 14,42% nos últimos 12 meses.

3) Cupons Semestrais de Fundos Vértice e Ressarcimentos decorrentes de revogação da migração ao RPC (Lei nº 6.540/2025): Para todo o ano de 2026, alocação integral no BB RF REF. DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LP, mantendo o alinhamento com a Política de Investimentos de 2026.

4) Governança e Alocação Temporária: O Comitê sugere que todas as novas receitas, independentemente da origem, sejam alocadas temporariamente no fundo BB RF REF. DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LP enquanto o Conselho de Administração delibera sobre a destinação final. A medida visa evitar a desvalorização inflacionária do recurso em conta corrente e garantir o cumprimento do dever de prudência (segurança, solvência e liquidez) exigido pela Resolução CMN, permitindo rentabilidade enquanto maturam as decisões estratégicas de longo prazo.

A escolha por ativos 100% títulos públicos se deve a mitigação de risco de mercado e crédito. Essa classe oferece a proteção do patrimônio previdenciário contra o risco de crédito privado. Em um cenário de transição econômica (com projeções de queda da Selic ao longo de 2026), manter o capital nesta classe garante ao PATOPREV a captura de juros reais elevados com risco soberano, o mais seguro do mercado nacional, assegurando que o patrimônio não sofra desvalorização nominal por oscilações bruscas.

Concluída apresentação e após análise e esclarecimentos relacionados aos temas discutidos, a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a relatar, eu, Miria E.C. Strappazzon, na qualidade de Secretária do Conselho, lavrei e assinei digitalmente a presente Ata, que segue assinada igualmente pelos presentes.

Ademilson Candido Silva

Cassio Aurélio Teixeira

Gean Gerônimo Dranka

Marilde Santini

Márcio Luis Cavalheri

Miria Elizia Campestrini Strappazzon

Poliane Cristina Friedrich

ANEXOS**TABELA 1 – FLUXO DE CAIXA – RECEITAS X DESPESAS**

DESCRIÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO
REPASSE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PODER EXECUTIVO - COMPETÊNCIA 01.2026	R\$ 3.993.555,31
REPASSE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PODER LEGISLATIVO - COMPETÊNCIA 02.2026	R\$ 52.926,28
REPASSE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SERVIDOR CEDIDO - COMPETÊNCIA 02.2026	R\$ 3.651,07
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INATIVOS - COMPETÊNCIA 02.2026	R\$ 244.701,75
COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 01.2026 - RGPS/INSS	R\$ 95.593,05
COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 01.2026 - PARANAPREVIDÊNCIA - RPPS ESTADO DO PARANÁ	R\$ 335,98
CUOM SEMESTRAL FUNDO VÉRTICE 2030	R\$ 11.634,00
RESTITUIÇÃO REVOGAÇÃO MIGRAÇÃO RPC	R\$ 2.445,74
REPASSE PODER EXECUTIVO - IMPOSTO DE RENDA - 2ª PARCELA DE 12	R\$ 343.086,16
TOTAL DA RECEITA	R\$ 4.747.929,34
(-) FOLHA DE PAGAMENTO INATIVOS - COMPETÊNCIA 02.2026	R\$ 2.441.364,07
(-) PASEP - REFERENTE RENDIMENTOS COMPETÊNCIAS 01.2026	R\$ 29.897,60
(-) COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 01.2026 - IPREV - RPPS ESTADO DE SANTA CATARINA	R\$ 618,46
(-) RESTITUIÇÃO MIGRAÇÃO RPC	R\$ 53.105,55
TOTAL DA DESPESA	R\$ 2.524.985,68

TABELA 2 – RENTABILIDADE CARTEIRA PATOPREV EM 2026

MÊS	PL INICIAL	APLICAÇÕES	RESGATES	RENTABILIDADE (R\$)	PL FINAL	RENTABILIDADE (%)	META ATUARIAL (%)
JAN.	R\$ 239.201.253,96	R\$ 4.482.220,75	-R\$ 2.113.138,76	R\$ 2.989.759,82	R\$ 244.560.095,77	1,25%	0,79%
FEV.							
MAR							
ABR							
MAI							
JUN							
JUL							
AGO							
SET							
OUT							
NOV							
DEZ							
TOTAL				R\$ 2.989.759,82		1,25%	0,79%

TABELA 3 – ENQUADRAMENTO POLÍTICA DE INVESTIMENTO E RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021

Fundo/Classe de Investimento	Valor (R\$)	Alocado (%)	Limite Res. 4963	Objetivo Política
100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, “b”	R\$ 95.060.968,99	38,87%	100,00%	35,00%
Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, “a”	R\$ 137.301.881,27	56,14%	60,00%	30,00%
Renda Fixa - Créd. privado - Art. 7º, V, “b”	R\$ 11.303.469,25	4,62%	5,00%	5,00%
Ações - Art. 8º, I	R\$ 893.776,26	0,37%	30,00%	10,00%
TOTAL	R\$ 244.560.095,77	100,00%		

TABELA 4 – RENTABILIDADE POR CLASSE/FUNDO DE INVESTIMENTO – RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021

Fundo/Classe de Investimento	Rentabilidade (R\$)	Atribuição de desempenho (%)
100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, “b”	R\$ 1.165.624,95	0,49%
Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, “a”	R\$ 1.629.896,85	0,68%
Renda Fixa - Créd. privado - Art. 7º, V, “b”	R\$ 135.039,66	0,06%
Ações - Art. 8º, I	R\$ 59.198,36	0,02%
TOTAL	R\$ 2.989.759,82	1,25%

TABELA 5 – SUGESTÕES DE APLICAÇÕES

FUNDO	ENQ. RES. CMN 4.963/21	CNPJ	RENTABILIDADE 12 MESES	VALOR	ORIGEM DA RECEITA
BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TP FI	Art. 7º, I, "b"	11.046.645/0001-81	14,42%	R\$ 3.993.555,31	REPASSE PODER EXECUTIVO – COMPETÊNCIA 01/2026
				R\$ 52.926,28	REPASSE PODER LEGISLATIVO - COMPETÊNCIA 02/2026
				R\$ 3.651,07	REPASSE SERVIDOR CEDIDO - COMPETÊNCIA 02/2026
				R\$ 244.701,75	DESCONTO PREVIDÊNCIA INATIVOS - COMPETÊNCIA 02/2026
				R\$ 95.593,05	COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 01/2026 - RGPS/INSS
				R\$ 335,98	COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 01/2026 - PARANAPREVIDÊNCIA - RPPS ESTADO DO PARANÁ
				R\$ 11.634,00	CUPOM SEMESTRAL FUNDO BB PREVID. VÉRTICE 2030
				R\$ 2.445,74	RESSARCIMENTO REVOGAÇÃO MIGRAÇÃO RPPS
CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF	Art. 7º, I, "b"	05.164.356/0001-84	14,38%	R\$ 343.086,16	REPASSE PODER EXECUTIVO - IMPOSTO DE RENDA - 2ª PARCELA DE 12

TABELA 6 - SUGESTÕES DE RESGATES

TIPO DE RESGATE	FUNDO		CNPJ	VALOR
PARCIAL	DE	CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	R\$ 2.441.364,07
	PARA	(-) FOLHA DE PAGAMENTO INATIVOS - COMPETÊNCIA 02/2026		R\$ 2.441.364,07

TIPO DE RESGATE	FUNDO		CNPJ	VALOR
PARCIAL	DE	BB RF REF DI TP FI	11.046.645/0001-81	R\$ 83.621,61
	PARA	(-) PASEP - REFERENTE RENDIMENTOS COMPETÊNCIA 01/2026		R\$ 29.897,60
		(-) COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 01/2026 - IPREV - RPPS ESTADO DE SANTA CATARINA		R\$ 618,46
		(-) RESTITUIÇÃO MIGRAÇÃO RPC		R\$ 53.105,55



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 60E6-5AFC-3347-9041

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MIRIA ELIZIA CAMPESTRINI STRAPPAZZON (CPF 618.XXX.XXX-97) em 06/03/2026 13:55:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GEAN GERÔNIMO DRANKA (CPF 053.XXX.XXX-99) em 06/03/2026 14:20:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADEMILSON CANDIDO SILVA (CPF 809.XXX.XXX-72) em 06/03/2026 14:21:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCIO LUIS CAVALHERI (CPF 876.XXX.XXX-00) em 06/03/2026 14:46:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CASSIO AURÉLIO TEIXEIRA (CPF 065.XXX.XXX-57) em 06/03/2026 15:07:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARILDE SANTINI (CPF 027.XXX.XXX-60) em 06/03/2026 15:12:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ POLIANE CRISTINA FRIEDRICH (CPF 041.XXX.XXX-24) em 07/03/2026 12:13:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUAN LEONARDO BOTURA (CPF 066.XXX.XXX-06) em 11/03/2026 08:58:56 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/60E6-5AFC-3347-9041>